



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA N.º 4/2012**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,  
REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO  
DE 2012: -----**

----- Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, secretariado pela Sr.ª Sara Raquel Fresco, 1.ª. Secretária e Dr.ª. Vera Lúcia Manco, 2.ª. Secretária.-----

-----Estiveram, igualmente, presentes os Membros da Assembleia Exmos. Srs. Prof. Manuel José Sousa Santos Frade, Eng.º. Carlos Manuel Brites Monteiro. Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Enfermeira Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. João Luis Marques de Pinho, D. Ana Maria Laranjeiro Silva, Sr. Narciso Patrão António, Dr.ª Maria da Conceição Oliveira, Sr. Pedro Nunes, Sr. Carlos Jorge Santos Nora, Sr. Ricardo Jorge Mendes da Costa, Dr.ª Zélia Domingues Morais, Professora Maria Fernanda Costa Baptista, Dr.ª Ana Maria Barreto Dias, Sr. João Maria Nogueira, Sr. Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Sr. António Cardoso Alberto, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheirão e Sr. Gabriel Pinho. -----

-----Registaram-se as seguintes faltas: Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, Dr. Joaquim Manuel Sousa Pinto e Sr. Albano da Rocha Lourenço. O Membro da



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Asssembleia sr. Ricardo Jorge Mendes Costa, integrou o plenário mais tarde, cerca das 17:00 horas. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram catorze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

-----Pelo **Sr. Engº. Calisto Coquim** foi transmitida a informação de que o sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Doutor Fernando Regateiro se encontrava ausente pelo facto de se encontrar em Angola, por razões profissionais. -----

-----Procedeu-se à recomposição da Mesa, tendo a Drª. Vera Manco assumido as funções de 2ª. secretária. -----

-----De seguida, foi dado conhecimento e submetido à votação o pedido de suspensão de mandato, pelo prazo de 30 dias, apresentado pelo Membro da Assembleia Dr. Paulo Grego, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. De imediato e encontrando-se na sala o elemento posicionado a seguir na respetiva lista de candidatura à Assembleia Municipal, pelo Partido Socialista, foi verificada a identidade e dada posse ao Dr. João Luis Marques de Pinho, nos termos do artº. 76º., conjugado com o artº. 79º., ambos da lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, tendo o mesmo prestado o devido juramento legal, após o que integrou o plenário. -----

-----Ao abrigo da parte final do artº. 83º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, a ordem de trabalhos da sessão sofreu alteração, por inclusão de mais um assunto, por solicitação da Câmara Municipal,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

designadamente o contido no ponto oito, cuja urgência de deliberação imediata foi, por unanimidade, reconhecida. -----

-----Assim, a ordem de trabalhos da presente sessão, passou a ser a seguinte: -----

----- ***“PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. --***

***-----PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta de fixação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e Lei das Finanças Locais, da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Participação em IRS, para o ano de 2013 -----***

***-----PONTO TRÊS - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à proposta da assembleia-geral extraordinária da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque – AIBAP, visando a apresentação à insolvência-----***

***-----PONTO QUATRO: Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à emissão de parecer prévio favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao concurso público para fornecimento de energia elétrica em média e baixa tensão para edifícios e equipamentos públicos do concelho de Mira.***

***-----PONTO CINCO: Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à aprovação da 1.ª alteração ao Regulamento de Organização e Funcionamento do***



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Mercado Municipal, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na atual redação. -----*

*----- PONTO SEIS: Tomada de conhecimento da assunção de compromissos plurianuais, aprovado pela “Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais – nova Lei dos compromissos – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, concedida por deliberação de 30 de abril de 2012.” -----*

*----- PONTO SETE: Tomada de conhecimento do Balanço Social relativo ao ano de 2011, em cumprimento do disposto nos artigos 3.º e 4.º do D.L. n.º 190/96, de 09 de outubro.” -----*

*----- PONTO OITO: Aprovação, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto e n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 281-a/2012 de 14 de setembro, bem como, da alínea d) do n.º 2, n.º 6 e n.º 7 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-a/2002 de 11 de janeiro, da candidatura do Município de Mira ao programa de apoio à economia local PAEL.” -----*

*-----De seguida, o **Sr. Eng.º Calisto Coquim** procedeu à leitura do expediente, designadamente, um ofício do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, relativo à pronúncia das Assembleias Municipais sobre a extinção de freguesias, nos termos da Lei 22/2012, de 30 de Maio. -----*

*-----Leu também uma carta do Sr. ex-Vice-Presidente da Câmara, Dr. Manuel Martins, dirigida ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, do seguinte teor: -----*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----“ Na impossibilidade de o poder fazer de outro modo, porque julgo ser meu dever e até porque já é do conhecimento público, venho reafirmar que o meu pedido de renúncia ao cargo que ocupava na Autarquia se deve exclusivamente a motivos pessoais e ao desejo de reingresso na minha vida profissional. -----

-----Quero agradecer o contributo de todos os deputados da Assembleia e presidentes de junta aí representados com quem tive o privilégio de trabalhar. -----

-----Aproveito ainda para me desculpabilizar, caso tenha havido da minha parte alguma incorreção/equívoco, em algum momento. -----

-----Finalizo, formulando votos que o vosso trabalho seja profícuo em prol do concelho. -----

-----Com amizade, Manuel Martins.” -----

----- Após a leitura da referida carta, o **Sr. Engº. Calisto Coquim** propôs que fosse por todos reconhecido o trabalho feito pelo Dr. Manuel Martins, em prol do concelho, sacrificando a sua vida pessoal e também profissional e afirmou que ficava bem o reconhecimento dessa dedicação dispensada ao concelho, por um homem simples, de trato afável e que tinha dado o melhor de si enquanto autarca. Destacou que a Assembleia estava muito grata pelo contributo pessoal que o Dr. Martins tinha dado ao concelho, pelo que solicitou a anuência de todos a esse reconhecimento e a esse contributo prestado, enquanto Vice-Presidente da Câmara e que esse reconhecimento transparecesse para o exterior. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Registaram-se intervenções dos **Membros da Assembleia senhores Prof. José Frade (PSD) e Carlos Nora (PS)**, os quais reconheceram claramente a dedicação do Dr. Manuel Martins e formularam votos de sucesso na sua vida pessoal e profissional. -

-----O **Prof. José Frade (PSD)**, acrescentou que o Grupo do PSD lastimava a decisão tomada pelo Dr. Manuel Martins e que, politicamente, tinham o direito de tirar as ilações que melhor entendessem. Aproveitou ainda para desejar bom trabalho à sua sucessora, Dr<sup>a</sup>. Sandra Pereira. -----

-----O **Sr. Eng<sup>o</sup>. Coquim** deu também conhecimento da receção de três e-mails do Membro da Assembleia Sr. Ricardo Costa e fez um apelo no sentido de que, futuramente, sempre que se tratasse de assuntos que poderiam colocar em risco a saúde pública ou a segurança, sobretudo de crianças, que os alertas fossem remetidos diretamente para a Câmara Municipal, dado que as sessões do Órgão Deliberativo eram muito espaçadas no tempo o que implicava alguma dificuldade em analisar as situações e em articular com a Câmara Municipal, com vista à sua resolução. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

-----Interveio o membro Sr<sup>a</sup>. **Ana Maria Laranjeiro (MAR)** que chamou a atenção para o facto de existirem alguns locais no concelho onde estavam a ser depositados resíduos de construção, designadamente junto à ETAR da Lagoa. Perguntou ainda relativamente à obra de saneamento na Praia de Mira, querendo saber se iria ser efectuada a estação elevatória para colocar o sistema em funcionamento. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguiram-se as intervenções dos **Membros da Assembleia Prof. José Frade (PSD) e Enfermeira Leonor Borralho (PS).** -----

-----O primeiro reportou-se à questão dos baldios, solicitando informação relativamente a sessão que deveria ter ocorrido em Tribunal no passado mês de julho e também relativamente à reestruturação dos serviços municipais, prevista na Lei nº. 49/2012. -----

-----A segunda questionou sobre a taxa de utilização dos bungallows do Parque de Campismo durante o Verão e perguntou se existia algum projeto para a rentabilização daquelas infra-estruturas durante a época baixa. -----

-----Às questões anteriormente colocadas, respondeu o **Sr. Presidente da Câmara**, Dr. João Reigota, tendo começado por informar que os resíduos provenientes da construção eram, por imposição legal, depositados em locais para esse fim destinados e devidamente certificados. No que tocava à obra de saneamento na Praia de Mira, disse que a mesma tinha sido interrompida durante a época balnear, mas que iria ser reiniciada a partir de outubro próximo. -----

----- Quanto aos baldios, designadamente da Videira Norte, disse que a questão se mantinha em Tribunal. Relativamente à taxa de ocupação do bungallows, afirmou que rondava os 75%, que estava a ser um sucesso e estava também a ser estudada a forma da sua manutenção em funcionamento durante a época baixa. -----

-----Interveio a seguir o **Membro da Assembleia Dr. Juan António (PSD)** que perguntou quando e por quem tinham sido limpos os contentores existentes na Praia de Mira; quando e como tinha sido feita a desobstrução da rede de saneamento da Praia de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mira (lamentou o facto de ter sido feito o desentupimento da rede de esgotos em pleno mês de agosto). -----

----Prosseguindo, perguntou em que ponto da situação se encontrava o processo de aquisição de máquina de limpeza do areal da Praia de Mira e se os bungallows do Parque de Campismo tinham estado todos operacionais ou se alguns tinham estado “fora de serviço”, criando algumas dificuldades a quem estava interessado na sua ocupação. -----

----O **Membro da Assembleia Sr. Carlos Nora (PS)** interveio para, em primeiro lugar, felicitar o novo Membro da Assembleia do Partido Socialista e endereçar-lhe votos de bom trabalho. Reportou-se depois ao estado caótico em que se encontrava a estrada de Carromeu e perguntou ainda se o Tribunal de Mira iria ou não encerrar. -----

----O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões anteriores e informou que, no que tocava à limpeza dos contentores, a informação de que dispunha era que tinham sido intervencionados durante os meses de maio e junho, serviço esse feito pela Câmara Municipal. -----

----Relativamente aos problemas de saneamento na Praia de Mira, confirmou que existiam alguns mas que eram pontuais e por isso estava em curso uma empreitada para resolver a situação. -----

----Relativamente à aquisição de máquina para limpeza das areias, disse que a candidatura ao “PROMAR” tinha sido aprovada, estando o financiamento assegurado a 75%. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Quanto aos bungalows, informou que apenas um deles tinha estado inativo, por não se encontrar em condições técnicas, a nível de equipamento, para poder ser usado. Sobre o assunto do Tribunal, disse que não havia qualquer notícia a acrescentar, para além das negativas que eram de todos conhecidas, de proposta do seu encerramento. A esse propósito, informou que, no próximo dia 18, estaria em Mira o Sr. Bastonário da Ordem dos Advogados e convidou todos para estarem presentes.-----

----Seguiu-se a intervenção do **Membro da Assembleia Sr. Gabriel Pinho (PSD)**, que leu o seguinte texto: -----

----“*Exmº. Sr. Presidente da Assembleia, Exmº. Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia:* -----

---- *Na última reunião da Assembleia de julho, onde foi discutido o endividamento da Câmara quando eu intervim e disse que o mesmo não contabilizava a dívida das associações, nomeadamente a de Carapelhos, tive como resposta do Senhor Vereador Miguel Grego a seguinte: o Tribunal que lhe dê a resposta.* -----

----*E eu pergunto onde é que anda a consciência dos homens que governam este concelho?*-----

----*Esquecem-se das promessas que fez à instituição, e foi ele próprio que nos aconselhou a ir para Tribunal e dou só um pequeno exemplo: há dois anos prometeu-nos por diversas vezes que o dinheiro do IMI mal chegasse era todo encaminhado para a nossa instituição, para nos pagar os 100 mil euros que nos deviam, pois andavam fartos de prometer mas o Presidente nunca autorizava a saída do dinheiro.*-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mas desta vez tinha-se imposto e garantia que não ia falhar, o que não aconteceu pois o Presidente secava tudo à volta dele e quando viu que não conseguia cumprir, mais uma vez reforço, foi ele, o Vereador Miguel Grego, que nos aconselhou a recorrer ao Tribunal.-----

-----Só admiro é a resposta dele. Mas pergunto, como é que é possível haver consciências desta natureza.-----

-----Já não é a primeira vez que trago a esta Assembleia este assunto: a zona industrial pólo II alguém me pediu para ir visitá-la e fiquei surpreendido com aquilo que vi: passeios com pavê cor de rosa, coisa que nas freguesias não existe, nem na sede do concelho, só conheço um pedaço assim na Lagoa.-----

-----Mas ao deparar com os passeios tão largos e tão asseados encontrá-los cheios de buracos, a céu aberto onde pode haver acidentes, uns tapados com paletes de madeira e a maior parte sem nada. Por outro lado as acácias, os salgueiros e as restantes ervas não dá para ninguém passar neles. E é de lamentar o estado lastimável que se encontra uma zona industrial destas para não falar do pólo I.-----

-----Mais informo que encontrei quase meia centena de pessoas a fazer as suas caminhadas, mas nenhuma consegue andar em cima dos passeios.-----

-----Por último, recebi no dia 12 deste mês uma carta registada do Sr. Presidente e agora no dia 21 recebi outra vez a mesma carta, também ela registada. Pergunto ao Sr. Presidente será que eu tenha aí alguma carta que não tenha dado resposta, penso que



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*não ao contrário de si que tem dúzias delas sem resposta, não tendo percebido o porquê da mesma carta duas vezes.”-----*

-----Interveio a seguir a **Profª. Fernanda Baptista (PS)** para se reportar ao problema dos esgotos na Rua Teófilo Braga, comentando que já existia saneamento, faltando apenas ligar às casas. Alertou para um ou dois casos de ligações particulares às águas pluviais, o que provocava um cheiro nauseabundo na rua, sobretudo em frente à sua habitação, em pleno Verão, pelo que solicitou que fossem tomadas as medidas adequadas. -----

-----Referiu-se, depois a uma festa realizada no dia 20 de agosto em Carapelhos, em que tinha tido conhecimento da presença de alguns membros da Assembleia, do PSD, desconhecendo se teriam sido ou não convidados pelo Sr. Presidente da Junta e quis saber porque não tinham sido convidados os senhores membros da Assembleia, do Partido Socialista. -----

-----Chamou ainda a atenção para o estado da estrada da Rua Nova do Salão, o qual se encontrava intransitável e a carecer de intervenção urgente. -----

-----O **Sr. Engº. Coquim** usou da palavra para dizer que o assunto da festa em Carapelhos a que tinha aludido a Profª. Fernanda Baptista, era uma questão que não cabia no âmbito da Assembleia Municipal e, caso fosse entendido por bem, deveria ser questionado diretamente à Junta de Freguesia de Carapelhos, como promotora do evento. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Miguel Grego** e em resposta à intervenção do Membro da Assembleia, Sr. Gabriel Pinho disse que a Câmara Municipal pagava tudo aquilo que lhe era devido e que, pese embora o senhor Membro da Assembleia tivesse afirmado ali várias vezes que a Câmara Municipal estava a dever, o Tribunal tinha dito que era mentira, que a Câmara não devia nada e que o Membro da Assembleia Sr. Gabriel Pinho não tinha tido a hombridade de ali dar conhecimento à Assembleia que o Tribunal tinha dado razão à Câmara Municipal. Lembrou que o compromisso da Câmara Municipal era pagar uma percentagem daquilo que fosse a componente própria da Associação, relativamente a um projeto elegível e isso tinha sido cumprido escrupulosamente, no entanto tinha-se optado por fazer um projeto maior, que não seria elegível, tendo sido feita uma valência que não tinha sido apoiada e isso não era culpa da Câmara Municipal. -----

-----Quanto aos buracos existentes na Zona Industrial, agradeceu que o Sr. Gabriel Pinho tivesse dado conhecimento, ao mesmo tempo que lamentou os inúmeros roubos e o vandalismo que lá tinham acontecido. -----

-----O **Membro da Assembleia Sr. Gabriel Pinho (PSD)** interveio novamente e disse que o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, em reunião da Associação, estando presente a Assistente Social e restante Direção, tinha dito que o Sr. Presidente da Câmara “secava tudo à sua volta” e não deixava sair os cem mil euros que tinha prometido. Acrescentou que para o Seixo tinha sido prometido cinquenta mil euros e que tinha sido aprovado o protocolo com o Seixo e com os Carapelhos nunca tinha sido assinado e que o Sr.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vereador Dr. Miguel tinha afirmado que, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara não deixava sair o dinheiro, ele se comprometia a dar para os Carapelhos o dinheiro do IMI.

-----Quanto aos buracos na Zona Industrial apresentou fotos que disse que poderiam ser utilizadas para inserir no Boletim Municipal.-----

-----O **Sr. Engº. Coquim** interveio e disse que, de facto, existia a promessa, a intenção da Câmara Municipal dar dinheiro para ajudar na construção de novas infra-estruturas, mas não tinha ainda sido disponibilizada qualquer verba, ainda não estava protocolada. Por isso, disse, não se podia afirmar que a Câmara Municipal estava em falta administrativa ou juridicamente, a falha poderia apenas ser apontada no campo político.

-----O **Sr. Presidente da Câmara** rebateu a afirmação de que a promessa não tinha sido cumprida, porquanto não tinha havido promessa. Relembrou aquilo que apelidou de “triste episódio” ocorrido aquando da inauguração do Lar de Idosos de Carapelhos, com a presença da Secretária de Estado, Drª. Idália Moniz, que tinha ficado muito indignada com a forma grosseira como tinha sido recebida e achincalhada e todos certamente se recordariam desse acontecimento, assim como todos também se deviam recordar da entrega, em público, de um cheque de quinze mil euros que tinha entregue ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, o mesmo que afirmava agora que não tinha recebido um tostão. Lamentou as afirmações do Membro da Assembleia Sr. Gabriel Pinho e disse que na política não valia tudo e não valia também baixar o nível das intervenções. Afirmou que a Câmara Municipal nunca tinha deixado de apoiar a construção de estruturas fundamentais para o concelho, mas lembrou também que as



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisas tinham-se alterado, as dificuldades eram cada vez mais, no entanto nunca se tinha deixado de dar apoio. -----

-----A terminar, enalteceu a forma como o Sr. Presidente da Mesa em exercício tem conseguido conduzir a reunião, mantendo o respeito entre todos. -----

-----Seguidamente, eram cerca de 16:00 horas, o sr. Engº. Coquim deu por encerrado o período de “antes da ordem do dia”. Seguiu-se um pequeno intervalo.-----

-----Nesta altura, o **Membro da Assembleia Sr. Carlos Milheirão (PS)** ausentou-se da sala, protestando por não lhe ter sido dada a possibilidade de intervenção. -----

-----Cerca das 16:30 horas foram reiniciados os trabalhos. -----

-----**PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”** -----

----- **PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.**

-----O **Sr. Presidente da Câmara** fez a apresentação do relatório elaborado pelos serviços o qual, disse, mostrava bem a dinâmica da Câmara Municipal e também os múltiplos eventos de qualidade que a Autarquia promovia, designadamente a última Mostra Gastronómica realizada na Praia de Mira. A este propósito, lamentou um episódio que apelidou de muito triste, protagonizado pelo Membro da Assembleia, do PSD, Sr. Ricardo Costa, na qualidade de Presidente da JSD de Mira, no qual tinha sido posto em causa o Presidente da Câmara. Disse que na política não valia tudo e que expressões proferidas como “*melhor que o Reigota até a Popota*” numa Mostra



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gastronómica em que estava em causa a imagem do concelho, em que estavam presentes centenas de Mirenses e muitos visitantes, não ficava nada bem e gostaria de expressar a sua indignação, pessoalmente, ao referido Membro da Assembleia, logo que estivesse presente.-----

-----No tocante à situação financeira da Autarquia, disse que nos tempos difíceis que corriam nada era perfeito, a execução do plano não atingia as taxas que todos desejariam, os motivos que levavam a isso estavam bem plasmados no documento, sendo notório o elevado comprometimento com o abatimento da dívida existente, assim como o decréscimo das receitas próprias, fruto da crise que estava instalada, o decréscimo das transferências do Estado, à revelia do que estava protocolado com o Município, sendo também patente o elevado sentido de responsabilidade do Executivo de não avançar com determinadas obras enquanto não estivesse acautelada a comparticipação financeira, atento ainda as disponibilidades de tesouraria. Disse ainda estar patente o esforço da diminuição de despesas com pessoal, a contenção na aquisição de bens e serviços, a grande diminuição dos encargos com juros, bem como a fraca execução das transferências de capital, sobretudo relativamente ao “Programa Polis”, processo que tinha sido, inesperadamente, suspenso pelo Governo, a poucos dias do início das obras, estando a Câmara Municipal a pagar o ónus desta situação. Mais disse que a indignação era generalizada e que o próprio Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, Engº. Ribau Esteves, tinha pedido a demissão do Programa Polis na presença da Sª. Ministra e, embora se reconhecesse que os tempos eram de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

austeridade, não compreendia como é eram tomadas medidas daquelas, de acabar com programas tão importantes como era o Programa Polis. -----

-----Continuou a sua explicação, chamando a atenção para o decréscimo das receitas provenientes de impostos, bem como no que concerne a obras particulares e loteamentos, o que significava que o atual Governo estava a estrangular a economia local e eram cada vez mais os munícipes que pediam apoio social à Câmara Municipal, sendo difícil aos Serviços de Ação Social dar resposta a tantas solicitações. -----

-----Quanto ao endividamento, disse que só por má fé, alguém poderia dizer que o Executivo não tinha feito um bom trabalho, baixando em nove meses o endividamento líquido em mais de um milhão de euros, tendo-se chegado a mínimos histórico no concelho de Mira e em cerca de 7 meses também se tinha baixado o endividamento de longo prazo em cerca de meio milhão de euros e os pagamentos em atraso, em cinco meses, tinham baixado para pouco mais de um milhão de euros. A tudo aquilo, disse, importava somar cerca de trezentos e quarenta e cinco mil euros de candidatura à Variante Sul, integralmente executada, bem como cerca de duzentos e vinte mil euros da remodelação do Pólo Educativo da Praia de Mira ou seja, inexplicavelmente, continuava-se à espera de cerca de seiscentos mil euros do QREN, destinados ao abatimento da dívida. Mais disse que não se podia também esquecer as promessas feitas pelo Governo e pelo atual Presidente da CCDR-Centro de abrir candidaturas para o financiamento da obra de execução do Campo de Tiro de Mira. Em suma, disse, se o Governo cumprisse as promessas feitas e pagasse o que devia ao Município de Mira,





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apesar das situações herdadas, o Município tinha uma situação financeira invejável, comparativamente com o panorama nacional. -----

-----O **Membro da Assembleia Dr. Juan António (PSD)** fez uma intervenção e disse que a explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara era oportuna e o relatório era útil na medida em que permitia uma visualização das obras em curso, no entanto, achava que poderia ainda ser melhorado e deveria conter um balanço da época balnear, de modo a que todos ficassem esclarecidos. -----

-----Relativamente ao incidente ocorrido na Mostra Gastronómica, disse que não tinha conhecimento do que se tinha passado, mas lamentou o sucedido.-----

-----Referiu-se, depois, ao facto da “herança” a que o Sr. Presidente se tinha referido e lembrou que, apesar de ser verdade que o endividamento já vinha de trás, não era menos verdade que alguma parte dele também se devia a tempos de mandatos sob a responsabilidade do atual Presidente da Câmara, em que o endividamento tinha subido drasticamente. -----

-----Lamentou que as receitas do Parque de Campismo tivessem ficado aquém do previsto e desejável, apesar da conjuntura atual não ser muito favorável e disse que daí deveriam ser tiradas algumas ilações, designadamente no tocante aos bungallows e às intervenções que era necessário fazer no próprio parque.-----

-----Sobre a limpeza dos contentores do lixo, disse que a Câmara Municipal, por muito boa vontade que tivesse, não tinha capacidade para fazer uma desinfeção eficaz, para além de que era necessário que fossem feitas algumas ações de sensibilização da



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

população sobre a forma mais correta do acondicionamento dos lixos para depósito nos contentores. -----

-----Questionou ainda relativamente aos pagamentos em atraso, querendo saber se estariam todos elencados no relatório ou se haveria ainda mais alguns. -----

---- Relativamente ao decréscimo de visitantes ao Museu Etnográfico da Praia de Mira, sugeriu que fosse feito um estudo para apurar os motivos dessa diminuição, do mesmo modo que também sugeriu que fosse mais potenciado o investimento feito nos bungallows do Parque de Campismo. -----

-----O **Membro da Assembleia Sr. Carlos Nora (PS)** interveio e sublinhou a redução do endividamento a curto prazo, em cerca de dois milhões e duzentos mil euros, o que era merecedor de destaque, do mesmo passo que também o endividamento a longo prazo tinha diminuído, enquanto que as transferências do Estado tardavam em ser cumpridas, o que dificultava muito o equilíbrio das contas. -----

-----Seguiu-se a intervenção do **Membro da Assembleia Prof. José Frade (PSD)** o qual afirmou que o relatório de atividades ficaria mais completo se nele constassem inscritas algumas situações menos boas que iam acontecendo, como problemas de falta de água, problemas de saneamento, factos menos agradáveis, mas que deveriam ser relatados no documento. Relatou uma situação ocorrida às 3 horas da tarde, no dia 9 de Agosto, em frente ao Parque de Campismo Municipal, em que estava o trânsito parado nos dois sentidos, devido ao facto dos serviços municipais estarem a proceder à pintura



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de passeadeiras, o que não lhe pareceu muito bem, em pleno dia de Verão com a praia cheia de gente e o trânsito interrompido. -----

-----Reportou-se ainda a um outro trabalho efetuado por duas máquinas junto ao Parque de Campismo da Orbitur, de limpeza do espaço, obrigando também à interrupção do trânsito, para desgosto das pessoas, por isso deixou ali o reparo para que tais situações não se repetissem. -----

----- Fez ainda uma crítica aos trabalhos de reparação de estradas levados a efeito pelos serviços da Autarquia, os quais, na sua opinião, nem sempre eram bem executados e, por isso, não tinham grande durabilidade. -----

-----Aludiu também a outras questões constantes do relatório, designadamente, inserção de atas no sítio da Câmara Municipal, contra-ordenações instauradas a munícipes por situações de construções ilegais, etc.. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra e deu resposta às intervenções anteriores. -----

-----Lamentou da atuação do atual Governo, a qual, disse, muito tinha dificultado a resolução de problemas na autarquia e lamentou que se estivesse ali sempre a apontar defeitos às atividades desenvolvidas e nem uma palavra fosse dita relativamente às políticas dos atuais governantes. Criticou a atual Lei dos Compromissos que apelidou de “patética”, “idiótica” e que punha em causa o Poder Local, na sua atuação, no dia a dia, sendo a questão dos fundos disponíveis castradora de toda a atividade das câmaras municipais. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse que compreendia as críticas que eram feitas, mas também gostaria de ver ali relevado o trabalho e as grandes obras e benfeitorias que o Executivo tem levado por diante, como era o caso do Museu do Território, recentemente inaugurado e que não deveria ser valorizado o caso de um simples buraco na estrada, para esconder o total falhanço do Governo relativamente às Autarquias Locais. Mesmo assim, apesar de todas as dificuldades, disse orgulhar-se muito de estar à frente do atual Executivo e também se orgulhava muito de todos os vereadores que compunham o Executivo, incluindo os senhores Vereadores do PSD que lhe mereciam todo o respeito. -----

-----Eram cerca de 17:00 horas quando entrou na sala o **Membro da Assembleia Sr. Ricardo Costa (PSD).** -----

-----Interveio o **Membro da Assembleia Prof. José Frade (PSD)** que aludiu ao facto de ter sido em anteriores executivos do Partido Socialista que a Câmara Municipal de Mira mais dívidas tinha contraído e deveria também ser reconhecido pelo Sr. Presidente da Câmara que o atual estado do País não se devia apenas ao PSD, mas também a governações anteriores em que o PS tinha estado à frente do Governo. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que, em parte, concordava com o Membro da Assembleia Prof. José Frade, ao dizer que a culpa já vinha de anteriores governações, todavia, disse, não podia deixar de fazer alguma contestação, porquanto Mira, em particular, não se podia queixar das gestões do Partido Socialista, sendo de realçar a execução de inúmeras obras, como escolas, lares de idosos, variantes, auto-estrada, Tribunal, Pescanova, etc. , não podendo por isso ser esquecido que grande parte das



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

benfeitorias existentes no concelho tinham sido conseguidas sob a responsabilidade de Governos do Partido Socialista.-----

**-----PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta de fixação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e Lei das Finanças Locais, da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Participação em IRS, para o ano de 2013 -----**

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que numa altura de tantas dificuldades, a redução de impostos deveria sempre ser encarada como um ato de coragem e era também a prova clara e inequívoca de que o Executivo continuava empenhado na defesa dos seus Municípios.-----

-----Disse que, numa época de grandes dificuldades, não só para o Município, como também para as famílias, aquela atitude do Executivo de não aumentar os impostos era uma tentativa de aumentar a esperança dos cidadãos, contrariamente ao que era proposto pelo Governo. Afirmou que, mais uma vez, se estavam a colocar ao lado dos Mirenses e, que embora fossem compreensíveis algumas medidas de austeridade impostas, não achava justo que fossem as populações mais desfavorecidas, aqueles que com o seu trabalho, no fundo, ajudavam a construir o País, que fossem presentemente as mais sacrificadas e que tinham rendimentos cada vez mais exíguos. -----

-----A **Sr<sup>a</sup>. Ana Laranjeiro (MAR)** interveio para dizer que o seu grupo político louvava a descida das taxas do IMI, no entanto achavam que a redução deveria ter ido



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

até ao limite mínimo, como forma de ajudar e aliviar os Municípes dos inúmeros encargos que já tinham. -----

-----O **Membro da Assembleia Dr. Juan António (PSD)** usou da palavra e disse que o que era proposto não era uma descida de impostos. Na verdade, a descida da coleta traduzia-se em cerca de 625,00 €, era apenas uma importância simbólica, até porque com as novas avaliações que estavam a ser feitas, o aumento da coleta iria ser superior a duzentos mil euros, pelo que aquela era uma falsa questão. Defendeu que a Câmara deveria ter alguma sensibilidade e baixar um pouco mais as taxas. Referiu, depois, o caso de algumas câmaras municipais que tinham decidido alocar a receita dos impostos a, por exemplo, obras de índole social, às IPSS locais para ajuda aos mais desfavorecidos. -----

-----O **Membro da Assembleia Sr. Carlos Nora (PS)** também usou da palavra e disse que do estudo que tinha feito tinha concluído que aquando do trabalho feito no ano de 2003 relativamente à definição dos zonamentos, o Executivo, na altura do PSD, deveria ter nomeado um técnico para fazer parte da equipa do serviço de Finanças que estava a trabalhar nessa matéria e não o tinha feito e que alguns dos coeficientes de zonamento estavam muito elevados em alguns sítios, carecendo de ser revistos, apesar do atual Executivo, em 2009, ter já feito algumas alterações nesse sentido, até porque existiam situações aberrantes, como era o caso da Rua Dr. António José de Almeida, no centro da Vila, em que de um lado da rua o coeficiente era um e do outro lado da rua já era outro, assim como no Miroásis, onde existiam enormes discrepâncias. Disse também que



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

compreendia que a Câmara devia baixar as taxas para não penalizar ainda mais os Mirenses, mas também todos deveriam refletir que a Autarquia necessitava de receitas para fazer face às despesas. Realçou ainda o facto da Câmara Municipal tencionar aplicar as receitas do IMI em situações de ordem social, o que era muito importante, dado que a tendência seria para agravamento dos problemas sociais das famílias do concelho, decorrente do atual estado do País. -----

-----Seguiu-se a intervenção do **Sr. Vereador Dr. Miguel** que fez uma aturada explicação do assunto em análise e tentou desmistificar o facto do aumento do IMI, derivado das novas avaliações, afirmando que ninguém iria sofrer um aumento superior a 1/3 da nova avaliação. Lembrou que a Autarquia precisava de baixar as despesas e conseguir receitas para fazer face às necessidades de âmbito social dos seus Municípes, bem como aos compromissos existentes e esclareceu ainda que mesmo tendo baixado os consumíveis, a despesa corrente relativamente a alguns bens tinha aumentado, como era o caso da eletricidade, em que, apesar de ter diminuído o consumo, a despesa tinha aumentado, fruto do aumento da taxa de IVA e o mesmo se passava relativamente aos combustíveis, face ao aumento do preço destes. -----

-----O Sr. Vereador continuou a sua explicação, informando pormenorizadamente a questão das avaliações, das taxas a aplicar e da necessidade premente da Autarquia ter liquidez financeira, sem descuidar nunca as dificuldades que os Municípes estavam a sentir presentemente, por isso se tinha procurado manter as receitas para fazer face, designadamente, aos apoios sociais e não onerar a generalidade dos Municípes. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O **Membro da Assembleia Sr. Pedro Nunes (PSD)** fez uma intervenção e falou um pouco relativamente à sua intervenção no processo de avaliação, uma vez que fazia parte da equipa de avaliadores do Serviço de Finanças. Deu também conhecimento da existência de um casa de uma habitação, já com mais de sessenta anos, que iria sofrer um aumento de 14€ para 84€ e disse que as avaliações estavam a ser feitas com base no cadastro e que, na verdade, a Câmara Municipal, em seu entender, podia ter ido mais além, relativamente à taxa de 0,7%. -----

-----O **Membro da Assembleia Prof. José Frade (PSD)** interveio e disse, resumidamente que, relativamente ao IMI, a questão do zonamento deveria ter sido melhor acautelada, desde logo pela oposição, na altura em que tinham sido definidos e aprovados os critérios.-----

-----Depois, disse que deveria ser dado cumprimento ao estatuto da oposição, no sentido desta ser ouvida na elaboração do orçamento e das grandes opções do plano, assim como em matérias como a que estava em apreço, o que não era prática, no entanto esperava que a oposição tivesse um papel mais interveniente na elaboração do próximo orçamento da Autarquia. -----

-----Seguiu-se a votação do ponto em análise, tendo a proposta de fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Participação em IRS, para o ano de 2013, sido **aprovada por maioria**, com nove votos contra, das bancadas do PSD e do MAR e treze votos a favor da bancada do Partido Socialista.-----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**PONTO TRÊS - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à proposta da assembleia-geral extraordinária da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque – AIBAP, visando a apresentação à insolvência.**-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** fez a apresentação do assunto, tendo começado por dizer que a Câmara Municipal sempre tinha feito de tudo o que estava ao seu alcance para salvar a situação e evitar aquele desfecho, muitas vezes até com sacrifício da vida pessoal de cada um. Quis ali prestar a sua homenagem ao Sr. Vereador Dr. Miguel Grego pelo árduo trabalho que tinha desenvolvido, pelos dissabores que tinha sofrido, enquanto Presidente do Conselho de Administração, decorrentes dos problemas associados à Incubadora.-----

-----Passou depois a palavra ao **Sr. Vereador Dr. Miguel Grego**, que fez uma explanação aturada de toda a situação da AIBAP. -----

----Fez um longo historial, começando por dizer que não tinha sabido perceber o projeto do PSD, na sua génese e tinha também a firme convicção que nem o próprio PSD o tinha conseguido perceber, bastava atentar às deliberações tomadas em reunião extraordinária de 08 de Novembro de 2002 relativas ao “aumento da participação social da Câmara Municipal de Mira na Associação Beira Atlântico Parque (aumento de capital de 5.000 € para 50.000 €)”, “constituição da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque, com sede em Mira.”, “participação do Município de Mira no capital social da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque, no valor de 5.000 €.”,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“declaração de compromisso de venda à Associação Beira Atlântico Parque de 50.000 m2 de terreno infra-estruturado, ao preço de 22,80 €/m2, cujo valor da venda será posteriormente integrado no capital daquela Associação” e ainda “autorização para celebração de contrato-promessa de compra e venda de terrenos integrados no domínio privativo do Município de Mira à Associação Beira Atlântico Parque (para futura incorporação no capital social daquela Associação). -----

-----Disse que, quanto aos terrenos infra-estruturados, aí tinha começado o problema, porquanto, naquela altura, os terrenos não estavam infra-estruturados, não existia sequer loteamento, tendo este sido feito posteriormente pela própria AIBAP, a expensas suas, para além de que os 50.000 m2 de terreno tinham sido vendidos à ABAP ao preço de 22,80€/m2 para, passado pouco tempo, ingressarem no património da AIBAP ao preço de 45,00€/m2.-----

-----Disse também que era muito fácil acusar o Partido Socialista de deixar cair o projeto, mas lembrou que o mesmo Partido Socialista tinha votado favoravelmente em todas as votações respeitantes à AIBAP, apesar de não estar devidamente esclarecido, todavia não tinha inviabilizado nada. -----

-----Continuou e disse que, em primeiro lugar, se tinha começado por aumentar o capital social da Câmara Municipal de Mira, já existente, na ABAP, para, logo de seguida, se ter constituído uma nova associação, a AIBAP; que, este tinha sido o primeiro grande erro, porquanto para que a ABAP e o BIOCANT tivessem sucesso, teriam que ter uma incubadora, a qual não interessava a ninguém, por isso melhor seria



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser criada uma associação à parte e alguém que ficasse com a incubadora; que, nesta situação não atribuía as culpas ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da ABAP, mas antes ao corpo técnico que, posteriormente, tinham vindo a fazer parte do corpo técnico da AIBAP. Mais, todos, quer o Partido Socialista, quer o partido Social Democrata, eram co-responsáveis porque tinham votado a favor da criação da AIBAP; que, tinha sido também assumido o compromisso de venda a ABAP de 50.000 m2 de terreno infra-estruturado e aí começava o problema, porquanto os terrenos nunca tinham tido água, nem saneamento, nem sequer loteamento feito, tudo isso tinha sido feito e pago pela AIBAP e aí tinha começado a ruína. Por fim, ainda tinha sido feito um contrato-promessa de compra e venda de terrenos integrados no domínio privativo do Município à ABAP, de Cantanhede, pois os 50.000m2 de terreno nem sequer eram ainda da Câmara, ainda haviam de ser comprados. Realçou ainda que tinha sido acordado que, numa primeira fase, as primeiras empresas seriam absorvidas pela ABAP. Para além disso, informou que tinha sido também emitida uma declaração de compromisso no sentido de ser aumentada a participação do património associativo da associação da Incubadora. -----

-----Mais disse que quando era questionado de onde vinha a dívida da AIBAP, era de todo esse património, ninguém tinha posto dinheiro ao bolso, ninguém tinha roubado nada, não era colocada em causa a honorabilidade de ninguém (pese embora a sua fosse colocada em causa!), tudo tinha tido origem naquelas tomadas de decisão iniciais. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Afirmou ainda que, na altura o executivo liderado pelo Dr. Mário Maduro tinha pretendido instalar a Incubadora nos terrenos do Montalvo, propriedade do Município, ainda por cima nas proximidades de uma auto-estrada, mas o corpo técnico da ABAP não tinha admitido, preferindo a localização nos terrenos do Matadouro, corpo técnico esse que, passado pouco tempo, tinha sido contratado pelo Município de Mira para exercer funções em regime de prestação de serviços. -----

-----Informou ainda que, relativamente aos empréstimos e contas caucionadas existentes, não eram da responsabilidade do Dr. João Reigota, mas sim do tempo do Dr. Mário Maduro e do Dr. Jorge Catarino. -----

-----Também lamentou que, no tempo da liderança do executivo do Dr. Maduro, se tivesse feito uma grande publicidade à Incubadora, designadamente através da publicitação de fotografias do edifício no Boletim Municipal, quando se tratava de uma obra ilegal, pelo facto do terreno não ser propriedade do dono da obra e, nessa altura, o Presidente da Assembleia Geral era o Dr. Raul de Almeida, a mesma pessoa que, numa sessão da Assembleia Municipal de dezembro de 2006 tinha questionado o Sr. Presidente da Câmara relativamente ao ponto da situação do processo de licenciamento da Incubadora, o que era surpreendente, uma vez que tinha sido Advogado do Município, tinha tratado do contrato-promessa feito com a Cooperativa, o qual não tinha chegado à escritura pública, apesar de ter sido pago na íntegra, o mesmo que o acusava, presentemente, de incompetência. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Continuou a fazer uma longa explanação e disse ainda que, após estar resolvido o problema dos terrenos para se poder licenciar a obra, a legislação tinha sofrido alterações e tinham passado a haver novas regras, a nível térmico, acústico, eletricidade e AVAC, o que obrigava a alterações ao projecto inicial, situação muito complicada, uma vez que a obra já estava executada.-----

-----Assumi que o montante da dívida de mais de um milhão de euros, era motivo suficiente de preocupação, no entanto, sabia-se muito bem de onde provinha (dos terrenos não infra-estruturados, de obras que a AIBAP tinha feito, da não entrada de capital social, etc.).-----

-----Sublinhou que ninguém se tinha preocupado com as questões burocráticas e/ou administrativas, ninguém se tinha preocupado com a solidez financeira, prometia-se um determinado montante e depois se não fosse possível cumprir, recorria-se a uma conta caucionada na Caixa de Crédito Agrícola e apenas se tinham preocupado em ter um edifício feito para mostrar em Outubro de 2005. Frisou também que as pessoas deveriam previamente informar-se da verdade e não recorrer a grandes “parangonas” para fazer críticas.-----

-----A seguir, usou da palavra o **Membro da Assembleia Dr. João Luis Pinho (PS)** que informou ter feito parte do Conselho de Administração da AIBAP durante um breve período e tinha feito o melhor que podia, na medida daquilo que lhe tinha sido solicitado. Disse que, enquanto Membro da Assembleia Municipal, tinha votado favoravelmente as propostas que tinham sido apresentadas e achava que qualquer um



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

votaria da mesma forma; que, lamentavelmente, os pressupostos não tinham sido cumpridos e se tinham votado algo que, de alguma forma, não era aquilo que ali tinha sido apresentado, a culpa não podia ser atribuída aos Membros da Assembleia.-----

-----Relativamente a todo aquele procedimento, disse ainda que gostaria que fosse feito um cronograma factual de tudo o que tinha sido feito, uma apresentação exaustiva dos factos, expurgada de toda a carga política, para que, de uma forma coerente, as pessoas que ali se manifestavam ou aquelas que o faziam na praça pública, pudessem retratar-se, pois acreditava que, de alguma forma, não tivessem perfeito conhecimento dos factos, caso contrário, como pessoas sensatas que eram, acreditava que não fariam certas afirmações e para que de alguma forma se pudesse, de uma vez por todas, terminar a “novela” AIBAP.-----

-----Mais declarou que não iria tomar parte da votação, por ser parte interessada e que, por motivos de ordem pessoal, se iria ausentar, o que aconteceu cerca das 18:30h. -----

-----Interveio o **Membro da Assembleia Dr. Juan António Apolinário (PSD)** para dizer que a questão da AIBAP era transversal a mandatos do PSD e do PS, na proporção de cerca de 30% para o primeiro e 70% para o segundo. De qualquer forma, em seu entender, independentemente do mandato ou do partido político responsável pela sua génese, os projetos deveriam sempre dar cumprimento ao princípio da continuidade. Admirou-se com o facto da obra ter tido participações do Estado e, no entanto, ser uma obra ilegal e, comparativamente, referiu-se às infra-estruturas levadas a efeito na Videira Norte, em que, também esses terrenos não eram propriedade do Município.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse que era uma obra emblemática e que estava ao abandono e sujeita a roubos e vandalismo. -----

-----Autorizado a intervir, o **Sr. Presidente da Câmara** disse que o problema da Videira Norte era completamente distinto daquele que estava em análise, os terrenos eram propriedade do Município, simplesmente, existia um processo de impugnação em Tribunal.-----

-----Novamente, o **Dr. Miguel Grego** usou da palavra e disse que as coisas eram diferentes, que as infra-estruturas da Videira Norte eram da responsabilidade da Câmara e que os terrenos eram municipais, pese embora estivessem a ser reivindicados em Tribunal por outra entidade, enquanto que o edifício da AIBAP não era empreitada da Câmara Municipal e os terrenos também não eram municipais.

-----Quanto ao facto do Membro da Assembleia Dr. Juan António ter afirmado que o PSD tinha responsabilidade na gestão da AIBAP na ordem dos 30%, o Sr. Vereador contestou, afirmando que, numa questão temporal, o PSD tinha realmente responsabilidade em cerca de 30% do tempo de existência da AIBAP, no entanto tinha 100% de responsabilidade dos problemas existentes. -----

-----O **Membro da Assembleia Prof. José Frade (PSD)** interveio e solicitou esclarecimento relativamente à posição dos restantes sócios, Caixa de Crédito Agrícola, Escola Técnico Profissional de Cantanhede, AIBILI. -----

-----O **Sr. Vereador Dr. Miguel Grego** informou que a Assembleia Geral da AIBAP tinha já deliberado prosseguir com o processo de insolvência e que agora se estava na



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fase do assunto ser apreciado e votado pelos órgãos executivos e deliberativos dos associados da AIBAP. -----

-----O **Membro da Assembleia Prof. José Frade (PSD)** disse que todos tinham percebido bem a explanação feita pelo Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, na qualidade de Presidente demissionário do Conselho de Administração da AIBAP. Disse que, pela sua parte, continuava a manter viva a esperança de que a Câmara Municipal conseguisse resolver o problema e disse também que a opção política do PSD estava muito clara, já tinha sido manifestada no Órgão Executivo, através da abstenção, no intuito de dar viabilidade a que o problema se pudesse resolver. Mais disse que iria haver liberdade suficiente, no seio do PSD, para que os seus membros ali presentes votassem em consciência. -----

-----O **Membro da Assembleia Sr. Narciso Patrão (PS)** usou da palavra para dizer que, na altura, tinham votado favoravelmente o que lhes tinha sido apresentado, porquanto estavam convictos de que estavam a aprovar uma boa coisa para o Concelho de Mira. -----

-----O **Membro da Assembleia Sr. Carlos Monteiro (PS)** disse que tinha sido um grande defensor daquele projeto, tinha até prestado algum apoio na área da biotecnologia, dadas as ligações que tinha com a Universidade de Aveiro, especialmente com o Prof. Carlos Pascoal Neto, com quem mantinha relações profissionais. Mais disse que tinha defendido o projeto, mas que também tinha dito que o mesmo deveria ser acompanhado de um parque tecnológico, uma vez que não tinha cabimento estar-se a





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

incubar empresas para depois as mesmas irem todas para o Concelho de Cantanhede, onde existia o tal parque tecnológico; que, na altura, tinha sido apontada a perspetiva de Mira também vir a ter um parque tecnológico e, nessa base, tinha votado favoravelmente. -----

-----O **Membro da Assembleia Sr. Gabriel Pinho (PSD)** interveio e fez uma sugestão para que o nome da Rua do Matadouro fosse mudado, uma vez que já lá não existia o Matadouro, como também não existia a Cooperativa, a empresa de camionagem e outras e agora também iria desaparecer a Incubadora. Considerou que, independentemente da mudança de Executivo, os projetos deveriam ter sempre continuidade e não serem interrompidos ou abandonados, pois o concelho tinha perdido muito ao longo dos anos pelo facto de uns não quererem seguir a política dos outros; que, quando mudava o Executivo, não havia mudança de técnicos e não percebia porque razão estes mudavam de visão, quando mudava a política; que, a determinada altura, o Sr. Presidente Dr. João Reigota, não tinha querido assumir a Incubadora e tinha-a passado para o Dr. João Moura que, obviamente, tinha puxado mais para Cantanhede. Reiterou que o atual estado das coisas no concelho se devia, em grande parte, ao facto de uns não quererem seguir a política dos outros.-----

-----O **Sr. Vereador Dr. Miguel Grego**, lembrou que, no caso da AIBAP, não tinha havido intervenção de qualquer técnico do Município, tudo tinha sido feito por técnicos de Lisboa, principescamente pagos, os mesmos que, aquando da alteração da legislação que impunha alterações ao projeto, se tinham mostrado incontactáveis. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Afirmou que nunca tinha acusado de má fé os decisores políticos que tinham estado ligados à AIBAP, não tendo, todavia, a mesma opinião, relativamente a alguns decisores técnicos. -----

-----A seguir, procedeu-se à votação da proposta da Câmara Municipal relativa à proposta da assembleia-geral extraordinária da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque – AIBAP, visando a apresentação à insolvência, tendo-se registado o seguinte resultado: votos contra: zero; abstenções: vinte; votos a favor: zero. -----

-----Não participou na votação o Membro da Assembleia, Sr. António Cardoso Alberto, por já se ter ausentado da reunião. -----

-----Verificando-se o impasse, o **Sr. Presidente da Assembleia em exercício, Eng.º Coquim** disse que o assunto tinha que ser resolvido e tinha que ser tomada uma decisão, pelo que se seguiria uma segunda votação. -----

-----**Declarações de voto:** -----

-----O **Membro da Assembleia Sr. Carlos Nora (PS)** declarou que o Partido Socialista sempre tinha estado solidário com o PSD, votando favoravelmente as propostas por este apresentadas relativamente à Incubadora, pelo que, em seu entender, também agora o PSD deveria manifestar solidariedade e votar favoravelmente a proposta de insolvência. -----

-----O **Membro da Assembleia Prof. José Frade (PSD)** declarou que o sentido de voto do PSD não era desconhecido de ninguém, pelo menos desde a reunião do Executivo e não compreendia como é que a bancada do PS não apoiava as deliberações



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tomadas pelo Executivo de maioria Socialista. Mais disse que, registava de bom agrado que, finalmente, tinha havido liberdade de voto e democracia interna no Grupo Municipal do PS. Disse também que o PSD não iria modificar o seu sentido político de voto, mas registavam o que o Grupo Municipal do Partido Socialista tinha feito ao seu Executivo naquela situação. -----

-----Aquela afirmação motivou o protesto do **Sr. Carlos Milheirão (PS)**, que, de seguida, se retirou da sala. -----

-----O **Sr. Engº. Coquim**, na qualidade de Presidente da Mesa, colocou à consideração do plenário uma nova votação, uma vez que o assunto carecia de solução, não tendo havido nenhuma oposição a que se fizesse nova votação. -----

-----Seguiu-se, assim, uma nova votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: votos contra: zero; abstenções: 11, por parte dos membros do PSD e do MAR e dos Membros da Assembleia do Partido Socialista, Srs. Carlos Monteiro e Carlos Milheirão e votos a favor: nove, dos restantes elementos do Partido Socialista. Assim, a proposta da Câmara Municipal relativa à proposta da assembleia-geral extraordinária da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque – AIBAP, visando a apresentação à insolvência, foi **aprovada por maioria**.-----

-----**Declarações de voto:**-----

-----**O Membro da Assembleia, sr. Carlos Milheirão (PS)** declarou que tinha optado pela abstenção e que com isso pretendia provar ao Membro da Assembleia, Prof. José Frade que não existia “carneirismo”.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida, eram cerca de 19:45 horas, ausentaram-se da reunião os senhores Gabriel Pinho e Pedro Nunes. -----

-----**PONTO QUATRO: Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à emissão de parecer prévio favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao concurso público para fornecimento de energia elétrica em média e baixa tensão para edifícios e equipamentos públicos do concelho de Mira.**-----

-----Relativamente a este assunto não se registaram intervenções merecedoras de registo, tendo-se procedido à votação do ponto, o qual foi **aprovado por unanimidade**.

-----Não participaram na votação os senhores deputados Carlos Monteiro e Pedro Jorge Laranjeiro por se encontrarem, momentaneamente, ausentes da sala. -----

-----**PONTO CINCO: Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à aprovação da 1.ª. alteração ao Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na atual redação.** -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** explicou que a alteração proposta derivava do facto de, recorrentemente, ficarem sucessivamente desertas as arrematações em hasta pública de algumas bancas existentes no Mercado da Praia de Mira, designadamente as destinadas à venda de frutas, legumes e peixe fresco. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse que havia manifesta necessidade de ser rentabilizado o Mercado da Praia de Mira, bem como ser dinamizado o comércio local e considerando que a alteração do tipo de produtos que podiam ser comercializados nas bancas implicava, também, uma alteração do valor das prestações mensais, impunha-se uma alteração ao Regulamento. -

-----Não havendo intervenções significativas a registar, seguiu-se a votação, tendo a 1ª. alteração ao Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal sido aprovada por maioria, com 1 abstenção do sr. Carlos Milheirão e quinze votos a favor, dos restantes elementos presentes. Não participaram na votação os senhores deputados Carlos Monteiro e Pedro Jorge Laranjeiro por se encontrarem, momentaneamente, ausentes da sala. -----

-----**Declaração de voto:**-----

-----**O Membro da Assembleia, sr. Carlos Milheirão (PS),** declarou que a sua abstenção se justificava pelo facto de considerar que no mercado abastecedor não havia lugar para venda de artesanato. -----

----- **PONTO SEIS: Tomada de conhecimento da assunção de compromissos plurianuais, aprovado pela “Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais – nova Lei dos compromissos – Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, concedida por deliberação de 30 de abril de 2012..** -----

-----Não se tendo registado intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do assunto em referência. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PONTO SETE: Tomada de conhecimento do Balanço Social relativo ao ano de 2011, em cumprimento do disposto nos artigos 3º. e 4º. do D.L. nº. 190/96, de 09 de Outubro.** -----

-----**O membro da Assembleia, Dr. Juan António (PSD)**, fez referência ao facto de não constar no relatório apresentado qualquer processo disciplinar aplicado a nenhum funcionário da Autarquia. -----

-----Não se tendo verificado mais nenhuma intervenção, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Balanço Social relativo ao ano de 2011. -----

-----**PONTO OITO: Aprovação, nos termos do artigo 7º da Lei nº. 43/2012 de 28 de agosto e nº. 2 do artigo 2º da Portaria nº. 281-a/2012 de 14 de setembro, bem como, da alínea d) do nº. 2 , nº. 6 e nº. 7 do artigo 53º da Lei nº. 169/99 de 18 de setembro, na redacção da Lei nº. 5-a/2002 de 11 de janeiro, da candidatura do Município de Mira ao programa de apoio à economia local PAEL.**-----

-----Neste momento da reunião regressaram à sala os senhores Membros da Assembleia, Carlos Monteiro e Pedro Jorge Laranjeiro. -----

-----Por consenso de todos, o assunto foi analisado e votado ao abrigo da parte final do artº. 83º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** realçou a postura de todas as bancadas da Assembleia Municipal e congratulou-se pela aceitação do assunto para discussão, mesmo não constando da ordem de trabalhos. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**O Membro da Assembleia Dr. Juan António (PSD)**, interveio e questionou relativamente ao processo de candidatura se reportar às dívidas existentes a 31 de março, as quais, presentemente, eram claramente inferiores. Disse que, na sua opinião, deveria aproveitar-se a oportunidade, pois as taxas de juro eram, de facto, muito baixas. Solicitou explicações mais concisas relativamente ao montante elegível e à taxa de juro a suportar. -----

-----Interveio a seguir o **Sr. Prof. José Frade (PSD)**, que afirmou que os elementos da Assembleia Municipal deviam estar sempre disponíveis para apoiar iniciativas como a que lhes estava a ser proposta, ainda mais tendo em conta as taxas de juro a aplicar e quis saber se havia já alguma perspetiva relativamente ao montante que viria a ser aprovado. -----

-----O **Sr. Vereador Dr. Miguel Grego** fez uma breve explicação da documentação apresentada e relativamente ao montante esclareceu que o mesmo se reportaria à dívida existente à data de celebração do contrato, todavia iria ser tido em conta o rateio que iria ser feito, uma vez que existiam muitos municípios candidatos e alguns deles eram prioritários, designadamente os que estavam mais endividados e em situação mais periclitante, sendo a verba depois distribuída pelos restantes. Mais disse que deveria também ter-se em conta que a verba de um milhão de euros disponibilizada pelo programa, era destinada à sub-medida 1 e sub-medida 2, sendo que o remanescente da sub-medida 1 passaria para a sub-medida 2 e seria depois feito o rateio, temendo-se que viesse a sobrar pouco dinheiro para o rateio.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguiu-se a votação da proposta de candidatura do Município de Mira ao programa de apoio à economia local (PAEL), a qual engloba a adesão ao Programa 2 do PAEL, o plano de ajustamento financeiro e ainda a contratação de empréstimo, de médio e longo prazo, até ao limite máximo de 2.507.578,93 €, tendo-se registado a **aprovação por unanimidade**. -----

-----**ENCERRAMENTO:**-----

-----E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas e vinte minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei n.º 169/99, de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro.-----

Pl'O Presidente da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_  
(Calisto de Oliveira Coquim, Engº.)

O 1º. Secretário,

\_\_\_\_\_  
(Sara Raquel dos Santos Fresco)

O 2º. Secretário,





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia de Jesus Manco)